

Presidente da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem aposta no credenciamento do Ladetec

Processo para novo credenciamento será conduzido do zero, inclusive com a construção de um novo prédio

SÃO PAULO - O diretor executivo da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, Marco Aurélio Klein, diz acreditar firmemente na possibilidade de o Ladetec (Laobratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico) ser credenciado pela Wada (Agência Mundial Antidoping) a tempo de poder funcionar durante os Jogos Olímpicos de 2016.

Klein decidiu não recorrer ao TAS (Tribunal Arbitral do Esporte) para pleitear a anulação do descredenciamento, porque o trâmite jurídico poderia consumir muito tempo, e vai recomençar o processo de credenciamento do zero. Para tanto, foi agendada uma reunião da sede da Wada, em Montreal, para traçar um plano, no próximo dia 6. O processo pode consumir dois ou três anos ou até mais. "Em nenhum momento a Wada aventou a possibilidade de não reacreditar o Ladetec. Não tenho dúvida de que ele será reacreditado. No limite, a Wada pode determinar que seja levantado um novo prédio, e nós estamos justamente fazendo isso: estamos construindo um novo laboratório".

O novo Ladetec está sendo erguido no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em frente ao antigo, que começou a operar em 1989, para a realização de testes durante a Copa América de futebol. A previsão é que a construção do prédio seja concluída em abril do próximo ano, segundo Klein.

"O processo de credenciamento pode durar dois ou três anos, ou mais. No México foi necessário mais tempo. Já o credenciamento do laboratório de Buenos Aires nem saiu ainda. A Wada fala em conduzir o processo pela via rápida (fast track). Quanto antes esse processo estiver concluído, melhor. Haverá mais tempo de treinamento para os oficiais de controle de dopagem. A meta da ABCD é termos zero caso de dopagem de atletas brasileiros em 2016. E para isso é fundamental termos um laboratório".

Klein contestou declarações dadas por especialistas em doping como Eduardo de Rose, que é membro da Wada, e de Thomaz Mattos de Paiva, presidente da Comissão Antidoping da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). Paiva disse que os problemas do Ladetec advêm da falta de recursos e da burocracia que atrasaria a liberação de verba. "Desde 2010, quando eu era diretor de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, tenho observado que todas as demandas feitas pelo laboratório ao Governo Federal foram atendidas".

A burocracia que atrasava o desembaraço de amostras de urina na alfândega, o que não raro adulterava suas propriedades devido à degradação, é coisa do passado, segundo Klein. "O recebimento de amostras de urina é um processo historicamente novo. Nós nos reunimos com autoridades da Receita Federal, da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e até mesmo com representantes da Associação Brasileira dos Couriers para estudarmos o processo. Foi formado um grupo de trabalho que em cem dias propôs soluções. Desde o fim de janeiro, começo de fevereiro, o processo está muito mais ágil. Foram criados procedimentos para a entrada da urina no país, com processo, estabelecimento de padrão de caixa e selo da ABCD, por exemplo".

O aperfeiçoamento do processo de importação de reagentes teria beneficiado até mesmo os laboratórios forenses, segundo Klein. Um dos motivos que levaram o Ladetec a receber a pontuação de 30 pontos negativos, o que decretou seu descredenciamento, teria sido a dificuldade para a importação de reagentes para a calibragem das máquinas. Num período de quatro meses, o laboratório falhou em três testes de material enviado pela Wada - cada erro penaliza o laboratório em dez pontos negativos. "As máquinas necessitam de reagentes em quantidades microscópicas, em quantidades com nove casas decimais depois da vírgula. Nós tínhamos que pedir emprestados reagentes de outros laboratórios, que podem ter chegado já degradados. Isso realmente nos prejudicou e é parte da razão do descredenciamento. Não havia processo para essa importação. Agora faremos a primeira importação desse material".

Outros motivos seriam as próprias limitações físicas do prédio antigo e a falta de pessoal. Essas questões estão sendo atacadas, segundo Klein. Será publicado, em breve, um edital para a contratação de funcionários para o laboratório, diz o secretário executivo.

"Os grandes investimentos estão previstos. É um trabalho difícil, mas precisa ser feito", conclui Klein.

Confederação de Ciclismo definiu vencedora de licitação antes de edital, diz TCU

Ao lançar um edital para contratar uma consultoria em ciência do esporte, em 2013, a Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC) definiu antecipadamente quem ganharia a concorrência. Fez o mesmo, naquele mesmo ano, ao abrir edital para contratar consultoria jurídica. Os nomes dos futuros vencedores já constavam nas minutas de contrato elaboradas previamente, conforma revela um relatório do Tribunal de Contas da União

ESPORTES » Presidente da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem aposta no recrede...

  ENTRAR

Estas informações foram reveladas por auditoria realizada em 2015 pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR), a pedido do TCU. Foi constatado que as contratações da Práxis Consultoria e Informação Desportiva e da Sport Training Consultoria e Eventos "não seguiram os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". A auditoria serviu de base para o relatório do TCU.

"Os nomes das duas empresas convidadas já estavam escritos nas minutas de contrato previamente elaboradas aos respectivos editais", aponta a auditoria. Em seu voto, o relator do processo, o ministro Vital do Rêgo, do TCU, aponta que a Sport Training assinou a minuta de contrato de consultoria em ciência do esporte por R\$ 168 mil, em 18 de janeiro de 2013, três dias antes das outras concorrentes apresentarem suas propostas. A própria vencedora do edital só fez sua proposta em 18 de fevereiro daquele ano.

A Sport Training é representada nos relatórios de prestação de serviço por Antônio Carlos Gomes, superintendente de alto rendimento da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). Já o coordenador do trabalho é Francisco Cusco y Florencio, que à época da contratação já era diretor de alto rendimento na CBC.

A auditoria aponta que o relatório anual de atividades da Sport Training inicia com a informação de que o departamento de alto rendimento da CBC teria sido criado por sugestão da Sport Training. O departamento, porém, existia desde 2012, pelo menos, já a cargo de Cusco.

"Assim, os indícios de montagem de licitação teriam por objetivo a contratação de empresa apenas para simular a prestação de serviços que já eram realizados pela diretoria de alto rendimento da CBC. Com isso, fica evidenciada a existência de execução fraudulenta dos recursos envolvidos", aponta a auditoria.

Seria o mesmo caso da contratação da Práxis, que comprovou os serviços realizados apresentando ao TCU troca de e-mails nas quais o presidente da empresa assina na qualidade de "assessor jurídico da CBC". A Lei Agnelo/Piva veta a utilização dos seus recursos para pagamento de pessoal.

Acolhendo o voto de Rêgo, os ministros do TCU rejeitaram aplicar multa à CBC, por enquanto, esperando a oitiva da entidade, que tem 15 dias para se explicar. Para a Secex-PR, a "responsabilidade pelo débito, correspondente ao valor integral do contrato desnecessariamente firmado, recai solidariamente sobre o presidente da CBC, José Luiz Vasconcellos, e sobre o presidente da Comissão Permanente de Licitação da entidade, Lúcio Orlando Coser, e a empresa contratada".

Uma das concorrentes era a Promo Total, da professora de educação física da prefeitura do Rio Andrea D'Aiuto dos Santos Martins, como professora de educação física do ensino fundamental da prefeitura daquela cidade (peça 111). A empresa tem como atividade econômica "artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente".

A outra, Psisport Consultoria Esportiva, tem como atividade econômica principal "atividades de psicologia e psicanálise" e, como atividades secundárias, acupuntura, nutrição e fisioterapia. "Não há o que se enquadre nos objetivos da contratação, voltada para o treinamento técnico da modalidade de ciclismo, para fins de preparação de atletas para competições nacionais e internacionais", aponta o relatório.

Também chamou a atenção o fato, constante na ata da licitação, de que os concorrentes "entregaram a documentação e se ausentaram". Os auditores acharam curioso que eles não tenham demonstrado interesse em conhecer o resultado da licitação de que participaram.